

A nova história (bio)política: sobre as capturas e as resistências

The new (bio) political history: on captures and resistances

Telma Dias Fernandes

 <https://orcid.org/0000-0002-5318-2667>
Universidade Federal da Paraíba

Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega

 <https://orcid.org/0000-0002-2993-1226>
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo: Neste ensaio, abordamos algumas questões pertinentes aos estudos (bio)(necro)políticos, privilegiando uma perspectiva da história do presente, substanciada por meio dos conceitos de biopolítica, necropolítica e perspectivismo ameríndio. A bio, toda ela vida, participa da historiografia imprimindo às questões políticas a perspectiva de outras problematizações, indiciada pela ampliação dos atores, temáticas e fontes históricas, reconhecendo-as como legítimas à história. Propomos uma reflexão sobre as carnes-corpos (bio)políticas, sejam eles cinzas, putrefatas ou pulsantes, naquilo que compete aos seus fluxos de vida e morte, pois do contraponto ao aniquilamento, da memória e/ou da história, é necessário o “bom combate”. Os conceitos de biopolítica e biopotência em suas dimensões de controle, resistência e resiliência têm se desdobrado em outras práticas de análise, permitindo reflexões capazes de contribuir à compreensão das experiências contemporâneas, no que tange ao presente/passado, de alianças e combates, configurando múltiplas formas de sociabilidade. Necropolítica, racismo, psicopolítica, sociedade do cansaço, política da dívida, multidão e perspectivismo ameríndio são alguns dos temas dentre as contribuições recentes e sobre os quais pontuamos algumas reflexões.

Palavras-chave: História. (Bio)Políticas. Necropolíticas. Contemporaneidade. Tempo Presente.

Abstract: In this essay, we discuss some issues from the field of (bio)(necro)political studies, based on a perspective of the history of the present and on concepts such as biopolitics, necropolitics and amerindian perspectivism. The bio, all of its life, takes part in historiography by conveying the perspective of other problematizations to political issues, indicted by the now greater number of actors, themes and historical sources, which are recognized as legitimate to history. We propose a reflection upon the (bio)political flesh-bodies, be they ashes, rotting or pulsating, upon their flows of life and death, for, as a counterpoint to annihilation from memory and/or history, there needs to occur the “good fight”. The concepts of biopolitics and biopotency, in their dimensions of control, resistance, and resiliency have developed into other analytical practices, which allow for reflections that contribute to the understanding of contemporary experiences, in what concerns the present/past, marked by alliances and struggles, constituting multiple forms of sociability. In this sense, here, some considerations and reflections are presented on some topics that constitute the contemporary debate, such as necropolitics, racism, psychopolitics, burnout society, debt politics, multitude and Amerindian perspectivism.

Keywords: History. (Bio)Politics. Necropolitics. Contemporaneity. Present Time.

Afrontar os microfascismos é a única forma de ainda se poder viver a amizade no que ela tem de criadora, fertilizadora. A Amizade é política e uma e outra são elementos intrínsecos do fazer História, seja como escrita, seja como prática. A História também deve ser escrita como um ato de indignação contra todas as forças que maltratam os amigos, que os impedem de se fertilizarem mutuamente. A história deve ser um ato de indignação com a morte, com as forças que espalham a morte



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

lenta da miséria, da injustiça, do preconceito. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 214-215)¹.

Neste momento de tantas incertezas e perdas, de tantos medos e de nossos enfrentamentos cotidianos para nos (re)inventarmos – no jogo entre as capturas e resistências –, nos mobilizam, sobretudo, artigos, comentários e “lives” que salientam a necessidade premente de nos voltarmos para os afectos². A amizade como método para o fazer historiográfico, como pontuado por Albuquerque Jr., vem ao encontro do olhar que privilegiamos nesta abordagem. Assim como privilegiamos em nossos horizontes as palavras de Ailton Krenak quando nos incita a cantar, dançar e contar histórias³. Há muitas formas de se interpretar os acontecimentos, de fazer história, e as nossas escolhas nos dizem dos desejos e de como lemos e nos colocamos no ofício, assim como em toda a dimensão da vida. “A vida e a história são inconstantes, conflituosas, cheias de dúvidas, de revelações e mistérios. Elas são feitas de acontecimentos que tornam o sujeito diferente do que é, que trazem para este o devir-outro.” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 213)

No século passado, Marc Bloch, antes de ser fuzilado pelos nazistas, escreveu fragmentos que repensavam os lugares da história, nos alertando para nosso tão “humano” devir-ogro: “Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54). Coloquialmente, costumamos dizer que o mundo não gira (apesar da crença de alguns de que a terra é plana), mas que ele capota. Essa capotagem pode ser associada aos dribles feitos por jogadoras/es de futebol, quando, num chute ao longe, faz a bola adquirir as mais inusitadas direções, semioticamente, indiciando que as linhas há muito deixaram de ser lineares. Assim sendo, nunca o pensamento de Bloch foi tão contemporâneo, pois, sobretudo, ele nos ensina sobre como o tempo é simultâneo e que não há sentido no sentido (único) dos processos históricos.

Além disso, pensarmos em nós, que aqui escrevemos, mas que ainda não estamos envoltas no baixo da terra ou transformadas em cinzas numa urna funerária, rescendendo a morte, essa “indesejada das gentes” de Manuel Bandeira⁴; ou no arquivo dos que nasceram e morreram criado por José Saramago no seu livro *Todos os nomes*; e, também, lembramos do documentário, lançado ainda no século XX, em 1999, *Nós que aqui estamos por vós esperamos*, feito por Marcelo Masagão, inspirado na obra do historiador Eric Hobsbawm, para refletir sobre o século XX; ou seja, se o passado representa o morto, mortas também estamos nós, visto que a simultaneidade dos tempos vividos na nossa contemporaneidade nos alerta para a necessidade de pensarmos o muito do tempo ou o múltiplo dos tempos como nos ensinou Bloch. Mortos ou vivos, somos nós, homens e mulheres, em nossos devires-ogro a sermos a grande matéria da escrita da história, na complexa necessidade de nos compreendermos como caça e caçadoras/es para nos situarmos, minimamente, no exercício de refletir sobre o presente, esse mesmo, todo carcomido, bichado, viralizado, entre outras coisinhas, cujo “pulso ainda pulsa” (Titãs, 1989).

A bio, toda ela vida (TUM, TUM, TUm, Tum, tum, tu, t...), participa da historiografia imprimindo às questões políticas a perspectiva de outras problematizações, indiciada pela ampliação dos atores, das temáticas e das fontes históricas, reconhecendo-as como legítimas ao

¹ Essa epígrafe é um trecho de um artigo do professor Durval Muniz de Albuquerque Jr., no qual ele presta uma homenagem ao professor Alcir Linhares, produzindo uma reflexão sobre a amizade como método historiográfico. O título do artigo é *Íntimas histórias: a amizade como método de trabalho historiográfico*, e faz parte do livro: *História, a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*.

² Cf. DELEUZE; GUATTARI (2010).

³ Ailton Krenak, pertencente ao grupo Krenak (ou crenaque) que habita a região do Médio Rio Doce, localizado no Estado de Minas Gerais (BR), vem se destacando, desde a década de 1970 do século XX, como uma liderança “indígena” brasileira. Ailton Krenak é produtor gráfico, jornalista, escritor e tem se notabilizado no Brasil e no exterior como um militante dos direitos “indígenas”, bem como vem reiterando a necessidade de se pensar o mundo dos viventes de forma crítica e não predatória, sob a ótica do perspectivismo ameríndio. As conferências, os textos que publica e as entrevistas são um grito de alerta. A afirmativa a que nos referimos está, reiteradamente, nos textos, nas entrevistas e nas conferências.

⁴ Referência ao poema *Consoada*, de Manuel Bandeira. Ver referências.

fazer histórico.

Entendemos este momento como singular para pensarmos a história, particularmente no que se refere aos nossos problemas seculares que, no presente quadro pandêmico do início do século XXI (Sars-CoV-2)⁵, explodem em nossos horizontes: segregacionismo, racismo, fascismo. Dessa forma, produzir um espaço de reflexão sobre as carnes-corpos (bio)políticas, sejam elas cinzas, putrefatas ou pulsantes, naquilo que compete aos seus fluxos de vida e morte, em nossa contemporaneidade, pois do contraponto ao aniquilamento, da memória e/ou da história, é necessário o “bom combate”, daqueles praticados pelas leituras das (bio)políticas.

Os conceitos de biopolítica e biopotência em suas dimensões de controle, resistência e resiliência, têm se desdobrado em outras práticas de análise, permitindo reflexões capazes de contribuir à compreensão das experiências contemporâneas, no que tange ao presente/passado, de alianças e combates, configurando múltiplas formas de sociabilidade.

Assim, nessa perspectiva conceitual, se nos afiguram os conceitos de necropolítica, tanatopolítica, imunidade/comunidade, psicopolítica. Trata-se de um vasto campo em aberto e, no mais das vezes, aproximados ao de niilismo, às teorias decoloniais, sociedade do cansaço, política da dívida e multidão. Ainda ressaltamos que a referência na perspectiva interseccional atravessa quase todos os temas enunciados pelas recentes contribuições e, sobretudo, é preciso o registro de que são nichos do pensamento que focalizam, sob diversos matizes, a questão do racismo. Nesses horizontes da produção de conhecimento estão estudos sobre monstruosidades, animalidades, “alianças das precariedades”, manifestos políticos, alteridade radical, gênero, entre outros.

Seguindo esta trilha, pautar estudos voltados para a biopolítica/biopoder, necropolítica/necropoder como uma perspectiva de emprestar sentido para a história, conceitos a partir dos quais se propõe sua interpretação, parece-nos uma fecunda possibilidade de refletir sobre o nosso hoje que de ontem ainda guarda muito e que nos reveste. Mas não somos revestidos apenas pelas cinzas, como também pela lama. Somos cinzas como os ogros de Tolkien, mas, sobretudo, somos os homens/mulheres lama. A lama da Samarco, que recobriu o Vale do Rio Doce recobre também o nosso corpo-pele. Mesmo não sendo mais matéria de reportagens e/ou burburinhos, a lama está lá, petrificada no espaço e encarnada em nós. Do ontem que reverbera no presente não consta uma linearidade, mas uma permanente (re)invenção das práticas segregacionistas e de apropriações de perspectivas colonizadoras. Não precisamos mais de um colonizador externo, introjetamos os horizontes coloniais e colonizamos uns aos outros.⁶

O neoliberalismo não se esgota nos ditames econômicos, inclusive porque a economia faz parte e está na dimensão histórica. A política neoliberal incide diretamente sobre o modo de vida das pessoas, tanto na dinâmica individual como na coletiva. A política neoliberal, sobretudo no âmbito da lógica do capital financeiro, captura a vida em suas malhas de controle que se expressam de variadas formas.

Diante dos nossos olhos, tatuados nos nossos corpos, os efeitos de uma tendência política mundial para a direita e centro direita e uma crescente indicação de fortalecimento dos movimentos de extrema direita apontam para a necessidade de enfrentarmos os desafios, na perspectiva do ofício historiador, que nos são colocados a partir das tensões e alteridades interpretativas presentes nas experiências coetâneas.

A biopolítica está presente na dinâmica que inclui o controle, a decisão sobre quem seria matável. Para Giorgio Agamben, a biopolítica está presente em toda a história ocidental e, desde sempre, presente e sujeita a ambiguidades – controle e garantia da vida, decisão de quem merece viver e quem pode morrer. “[...] *O rio da biopolítica, que arrasta consigo a vida do homo sacer, corre*

⁵ Pensar sobre (bio)(necro)política hoje nos liga, pela própria necessidade de compreensão da experiência, às referências do quadro pandêmico.

⁶ Entre outras/os pensadoras/es, Ailton Krenak vem reiterando incansavelmente essa afirmativa.

de modo subterraneo, mas continuo [...]. (AGAMBEN, 2002, p. 127).⁷

Na perspectiva agambeniana, pensar a biopolítica na dinâmica do hoje, considerando as relações internas e externas aos Estados, nos reporta para além do fazer viver e deixar morrer, trata-se de um devir de sobrevivência. Colado a sua conceituação de biopolítica/biopoder está posto o conceito de estado de exceção, que não seria aquele pertinente apenas às situações limites. O estado de exceção está presente no estado moderno, inclusive nos momentos pontuais, mas também fora deles, estaria presente no que reconhecemos como Estado democrático.

O totalitarismo moderno pode ser definido, [...], como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que não oficialmente declarada no sentido técnico) tornou-se umas das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

A afirmativa agambeniana nos parece consistente, inclusive porque nos permite pensar as relações internas e externas. Vivemos em mundos de guerras. Internamente, em alguns estados – o brasileiro é um bom exemplo – a guerra está posta cotidianamente entre aquelas que têm suas vidas consideradas para a preservação (fazer viver) e aquelas que são consideradas matáveis (deixar morrer). Assim é que populações negras, “indígenas”⁸, mulheres, LGBTQI+, em uma perspectiva interseccional, encontram-se sujeitas a uma hierarquia de corpos matáveis.

Externamente, as guerras entre países não cessam e como em um circo de horrores podem ser acompanhadas em tempo real. Podemos perguntar se vivemos a experiência de democracias e, mesmo que as consideremos, temos que admitir as suas relatividades, fragilidades e entendermos que o embate político é permanente.

Pensar em estado de exceção nos reporta a mais dois teóricos: Roberto Esposito e Achille Mbembe. Tanto a perspectiva biopolítica quanto a de estado de exceção associam à biopolítica as reflexões que incluem uma questão fundamental, a dos racismos. Foucault, Agamben e Esposito se voltam, principalmente, para o exemplo do nazismo, quando pontuam os traços sobremaneira demarcados da biopolítica. Vejamos o que nos propõe Esposito, quando avalia que em Foucault emerge uma interpretação inicial da biopolítica aplicada ao nazismo:

O nazismo constitui uma extensão irreduzível à história que o precede, porque introduz nela uma antinomia até então desconhecida na sua figura e nos seus efeitos. É redutível ao princípio de que a vida se defende e se desenvolve apenas mediante um alargamento progressivo do círculo da morte. (ESPOSITO, 2017, p. 139)

A perspectiva Foucaultiana não responde completamente os questionamentos de Esposito e este salienta a relação intrínseca na experiência nazista entre política e biologia, particularmente no que se refere à medicina. Esse hoje que nos interpela, talvez, não tivesse ainda trespassado Foucault (1985), principalmente se considerarmos o tempo de um cíclico viral, como o que estamos imersos, pois o vírus com o qual Foucault foi contaminado tinha um tempo mais espiralado naquele momento, diferente da extrema rapidez e disseminação própria do nosso presente. Ao salientar o papel dos médicos e das práticas médicas, Esposito afirma: “[...] A tese que se apresenta é que entre essa atitude terapêutica e o quadro tanatológico no qual se inscreveu não houve só

⁷ As/Os pensadoras/es que se debruçam sobre os estudos envolvendo a perspectiva biopolítica partem sempre de Michel Foucault (1985), como aquele que teria sistematizado inicialmente o conceito. Bem como são recorrentes as referências em outras/os pensadoras/es que, embora não tenham tratado da questão biopolítica, empreenderam sistematizações que confluem para discuti-la: Hannah Arendt, Walter Benjamin, Carl Schmitt são algumas dessas referências. Notória é, igualmente, a vinculação com a filosofia de Friedrich Nietzsche e Gilles Deleuze.

⁸ Todas as vezes que nos referimos aos termos índios ou indígenas estes estarão entre aspas. Poderíamos tentar outra denominação, mas como diz exaustivamente Ailton Krenak, são todos apelidos.

contradição, mas conexão profunda [...]” (ESPOSITO, 2017, p. 145). E ainda em busca de respostas, prossegue:

A resposta que proponho faz mais uma vez referência à categoria da imunização. Porque somente esta última põe a nu o laço mortífero que junta a proteção da vida com a sua potencial negação. Além disso, a figura da doença autoimune representa a condição extrema na qual o aparato protetor se faz de tal modo agressivo que se volta contra o próprio corpo que deveria proteger, provocando sua explosão. (ESPOSITO, 2017, p. 147).⁹

Achille Mbembe reconhece a experiência do nazismo como uma em que o racismo se faz presente, e a sua ligação fundamental com a biologia, mas, também, desloca o foco para experiências anteriores.

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de *plantation* (grifo no original) e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. [...], a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda do estatuto político. (MBEMBE, 2018, p. 27)

Ao fazer tais considerações, Mbembe se reporta à experiência do continente africano, mas é igualmente pertinente se deslocarmos esse olhar para as populações do território que conhecemos como Brasil em relação às populações aqui existentes quando da invasão europeia e posterior colonização. Escravizados a partir da primeira metade do século XVI, foram obrigados ao trabalho e mortos em guerras que os colonizadores cristãos justificaram como guerras justas por rejeitarem a fé cristã, o progresso e a civilização. O extermínio das populações “indígenas” incluiu, inclusive, a contaminação por doenças para as quais não possuíam anticorpos. Como afirma Puntoni (2019): “Num certo sentido há uma guerra biológica”.¹⁰

O que se pode afirmar ter iniciado com o processo de colonização e exploração do Continente Africano e das Américas não foi superado ao longo dos séculos. Não falamos de uma linha reta e contínua, mas de uma permanente prática que atualiza os segregacionismos, as explorações e as políticas de morte e que amplia os horizontes das vidas matáveis.

Na dinâmica do capitalismo financeiro ou neo-capitalismo, o gerenciamento da morte como instrumento de governo e controle social se expressa nas mais diversas formas. Necropolítica significa submeter a vida à morte. São dinâmicas que se estabelecem como meta das políticas públicas e se espraiam para além do controle estatal produzindo a morte e a morte em vida, o que Mbembe chama de mortos-vivos.

Nos diz Achille Mbembe:

[...] propus que as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. [...] propus a noção de necropolítica e necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. (MBEMBE, 2018, p. 71)

É possível falarmos de perspectivas biopolíticas e necropolíticas atuando ao mesmo tempo. As políticas que se pautam por práticas de fazer viver e deixar morrer convivem com as políticas voltadas para o extermínio calculado, ou seja, com a prática da morte como dispositivo de governo

⁹ Ver Roberto Esposito: *tanatopolítica, comunidade, imunidade*. Os conceitos constam de vários entre os seus escritos, a exemplo do livro: *Bios: biopolítica e filosofia e Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica*.

¹⁰ O documentário *Guerras do Brasil.doc*, dividido em episódios, analisa a história brasileira pela ótica das guerras, considerado desde o início, com a invasão europeia até os dias atuais. Participam, na forma de entrevistas, vários profissionais da história.

no interior de um Estado e como instrumento de dominação e extermínio nas relações entre Estados.

Nesse sentido, pontuamos duas questões. A primeira diz respeito à complexa relação entre biopolítica e biopotência. Quando pensamos em fazer viver e deixar morrer, enfrentamos uma dinâmica que nos aponta para dois aspectos: um, aquele aspecto voltado para as práticas do fazer viver enquanto um elemento que participa das reivindicações de todos os segmentos dentro de quaisquer sociabilidades. Todos pleiteiam e cobram dos governos (em todos os níveis) políticas públicas que garantam saúde, lazer, educação, pleno emprego, segurança, respeito às alteridades, ou seja, dignidade para viver. Nesse sentido, o fazer viver, que é um dispositivo de exclusão, é também uma aspiração legítima a todas as pessoas. O segundo aspecto se refere aos interesses que se digladiam, e neste embate também estão presentes os movimentos pela exclusão de muitos em favor de poucos.

Em *Vida Capital: ensaios de biopolítica*, Peter Pál Perlbart, em diálogo com algumas das referências filosóficas que participam das discussões sobre biopolítica, biopoder, biopotência, inclusive a “inspiração parcial” na filosofia de Gilles Deleuze, nos diz:

A defesa da vida tornou-se um lugar-comum. Todos a invocam, desde os que se ocupam de manipulação genética até os que empreendem guerras planetárias. Com Foucault, a biopolítica designava a entrada do corpo e da vida nos cálculos explícitos do poder – poder sobre a vida. Com a inversão proposta por alguns dos convidados, inspirados parcialmente em Deleuze, biopolítica deixa de ser prioritariamente a perspectiva do poder e de sua racionalidade, tendo por objetivo passivo o corpo da população, e suas condições de reprodução. A própria noção de vida deixa de ser definida apenas a partir dos processos biológicos que afetam a população, e passa a significar uma virtualidade molecular da multidão, energia aorgânica, desejo, poder de afetar e ser afetado. Ou seja, inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral. A partir daí, biopolítica não significa mais poder sobre a vida, mas antes a potência de vida. [...] Ao poder sobre a vida contrapõe-se a potência de vida, mas essa tensão é irresoluta e os muitos pontos de fricção ou de estrangulamento, de irrupção ou de sufocamento, demandam uma cartografia complexa. De todo modo, a vida ela mesma tornou-se um campo de batalha, [...]. (PELBART, 2011, p. 134).

Remetemos a nossa segunda questão à dinâmica que envolve a prática necropolítica/necropoder, considerando que nesta perspectiva temos mais perguntas que respostas. As políticas voltadas para a morte e seus desdobramentos que estão para além do âmbito exclusivo dos governos, porque destes recebem licenças oficiais ou indiretas para atuarem, a exemplo de milícias e de vários tipos de grupos mercenários, é uma política que se exerce entre estados e internamente. Entretanto, parece mais explícita quando focalizamos as relações entre estados. No que tange às relações internas, as políticas de morte parecem conviver com as práticas biopolíticas, cujas fronteiras são tênues e nem sempre explícitas.

Na experiência brasileira, a biopolítica e a necropolítica se mostram tão descaradamente na vida prática que até parece dispensável nos ocuparmos dos conceitos. Mas, não é dispensável. É preciso falar da (bio)(necro)política. É necessário não cegarmos para como se exerce a prática policial; a quem serve a justiça; o que não se investe na educação e na saúde; as inúmeras práticas segregacionistas e o quanto se legitimam as intolerâncias e os ódios. Principalmente quanto às ações movidas pelas intolerâncias e os ódios, é perceptível que as práticas de morte extrapolam, associando-se ou não, o âmbito do Estado.

Considerando o nosso quadro atual no mundo, mas, sobretudo, no Brasil, se a pandemia do século XXI, associada aos pandemônios, exibiu os rostos do ódio e da intolerância e seus usos como dispositivos de controle, não podemos deixar de registrar que o poço de horrores sem fundo exala seus miasmas de há muito em nossa história. Somos perpassados, cotidianamente, por enunciados de captura, de aniquilamento e de morte que asfixiam a nossa vivência e as vidas todas, não só as vidas humanas. Não temos mais o privilégio dos lugares de sossego.

Em uma recente publicação da n-1 edições, na Coleção Pandemia Crítica, Samuel Lima nos

diz:

A fome existe porque o racismo existe. Siamês e da pele escura é esse bebê, gerado no acasalamento incestuoso de outros dois irmãos siameses, o consumo e a escassez. [...]. Crianças siamesas, fome e racismo são irmãos gêmeos com um perpetuado processo de crescimento que se mantém no desnutrido, no raquítico, no mundo onde todas as crianças já nascem sentindo suas presenças inseparáveis.

[...] O COVID 19 expôs para quem não quis e ainda não quer ver esse corpo gêmeo nascido da guerra biológica secular. Mais uma vez na história, a humanidade está em extinção, onde o antropocentrismo nega a biodiversidade em favor de toda essa antiga guerra, elaborada na escolha de quem irá ser o corpo do holocausto civil, feita por quem se compromete, de tempos em tempos, com o aumento da lista de abatidos da raça, étnicos, de gênero, classe, de quem não pode ser, ou deve, ser faminto. (LIMA, 2020, n.p)

O corpo eleito para o holocausto civil é o corpo negro brasileiro. É o corpo que continua sendo torturado: nas prisões, cuja população negra é maioria; nas dependências domésticas; pela negação cultural. O corpo eleito para o holocausto civil é o corpo “índio”, teimoso, rejeita “civilizar-se” e por teimar deve ser exterminado. O corpo do holocausto civil é o corpo feminino: alguém pode duvidar do ódio ao feminino quando uma criança de 10 anos é chamada de assassina por optar pelo aborto legal, cuja gestação resultou do estupro?¹¹ Poderíamos encher tantas páginas só com exemplos, tantos são os corpos e desejos abatidos e esquecidos.

Das políticas e das histórias, políticas que são históricas e histórias que são políticas, nos chegam o eco das práticas de exclusão. A fase atual do capitalismo, o capitalismo dos homens endividados, de que nos fala Maurizio Lazzarato (2017), exacerba esse eco, o das exclusões, exacerba os ecos de um sistema imune às alteridades. Outridade significando o que ameaça e deve ser extinto. Práticas que permitem, inclusive, as pandemias e epidemias, porque delas tira proveito em prol de uma economia em movimento constante para fabricar ricos e pobres, vivíveis e matáveis.

Em uma entrevista, abordando o seu novo livro, *Brutalisme*¹², Achille Mbembe diz sobre o que trata nesta obra. Sublinha a necessidade de pensarmos sobre o que é humano no mundo tecnológico atual e quais as articulações entre humanos e não humanos:

Um caminho que exploro constantemente neste livro é o estatuto do humano e do objeto nessa nova religião secular. Para isso, recorro a certas tradições ditas não ocidentais, em particular àquelas metafísicas às vezes rejeitadas por serem consideradas ‘animistas’. Na verdade, a metafísica africana pré-colonial, bem como a metafísica ameríndia, nos permitem desdramatizar a relação homem-objeto. Isto é especialmente possível nessas metafísicas porque elas são menos dicotômicas do que as elaboradas no Ocidente, com suas clivagens entre natureza e cultura, sujeito e objeto, humano e não humano. (MBEMBE, 2020, n.p).¹³

O que não significa, para esse autor, o abandono da razão, mesmo considerando a sua crítica ao legado da razão iluminista no que tem de restritivo. Para esse historiador, a contemporaneidade atualiza os princípios da modernidade “[...] privilegiando as teorias normativas da democracia [tornando] o conceito de razão um dos elementos mais importantes tanto do projeto de modernidade quanto do território da soberania” (MBEMBE, 2018, p. 9). Entretanto, afirma Mbembe:

[...] o retorno a essas velhas figuras do animismo não é isento de riscos, especialmente neste momento atual em que a razão se encontra sob cerco e é absolutamente imperativo que aprimoremos nossas faculdades críticas. A crítica da razão deve, portanto, ser distinguida de uma guerra contra a razão; assim é, embora muitas lutas políticas contemporâneas busquem

¹¹ Trata-se do caso de uma criança brasileira, veiculado em diversas mídias em agosto de 2020, que teve o aborto judicialmente autorizado e foi hostilizada por diversos grupos, alguns associados ao fundamentalismo religioso.

¹² O livro mais recente de Achille Mbembe, que está para ser lançado em português pela n-1 edições.

¹³ A entrevista está na página da n-1 edições, faz parte da Coleção Pandemia Crítica. Identificação dos textos pela ordem de publicação. O texto dessa entrevista é o de número 138. Entrevista com Achille Mbembe, tradução Ana Cláudia Holanda, revisão Haroldo Saboia. Entrevista originalmente concedida à Mediapart, revista francesa independente.

reabilitam os afetos, a experiência pessoal, os sentimentos e as emoções. A maioria das lutas identitárias que animam a política hoje fazem parte dessa configuração. A meu ver, elas nos desviam dos problemas essenciais que enfrentamos se visarem apenas demarcar fronteiras e se não forem explicitamente articuladas a um projeto mais amplo e planetário: a saber, o de reparar o próprio mundo [...]. (MBEMBE, 2020, n.p.)

Para Mbembe, ainda na mesma entrevista, a capacidade de crítica e a imaginação, fundamentais para se pensar o mundo por outras cosmogonias, está em processo de esgotamento, o que o autor relaciona ao conceito de Brutalismo. Nos diz Mbembe:

Este termo refere-se a uma forma de distribuir a força, de aplicá-la aos materiais, em particular ao concreto, para dar-lhe uma forma que esperamos dure muito tempo, [...] operação de destruição calculada e planejada, cujo objetivo final é construir o indestrutível. [...] fora da arquitetura, o conceito de Brutalismo pode ser entendido como um forçamento de corpos que são tratados como concretos, sujeitando-os a uma combinação de pressões. Reinterpretando-o sob esta luz, o conceito de Brutalismo me permite [...] compreender a dinâmica do momento contemporâneo. A meu ver, este é um momento caracterizado pela escalada da tecnologia, pela transformação da economia em neurobiologia e pelo surgimento de corpos digitais feitos de metal e de outras próteses – que também são engrenagens do capital –, assim como de carne. (MBEMBE, 2020, n.p.)

A partir da segunda metade do século XX, ampliando-se sobremaneira no nosso século, nas mais diversas áreas da produção de conhecimento, tem-se feito notar a preocupação com o devir vida, e não só a vida humana como é percebida na cosmogonia ocidental, mas vida na mais larga das suas acepções. Nessa perspectiva de pensar a vida nos envolvemos com uma fecunda multiplicidade de olhares. Podemos afirmar que a vida humana ainda está no centro dessa dinâmica, mas não mais como aquela para a qual tudo deve convergir e privilegiar. Ao contrário, é possível afirmar que esta centralidade na vida humana se constitui, em larga medida, por uma crítica ao estar humano no mundo, notadamente ao estar no mundo branco, ocidental, heteronormativo e de produtores/consumidores. Uma crítica ao antropocentrismo e à invenção de uma economia predatória que transforma a vida em produto de mercado.

Pensemos no perspectivismo ameríndio. Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima propuseram o conceito de perspectivismo ameríndio.¹⁴ Nas palavras de Viveiros de Castro:

Como diversos etnólogos já o haviam notado, mas quase todos muito de passagem, numerosos povos (talvez todos) do Novo Mundo compartilham de uma concepção segundo a qual o mundo é composto por uma multiplicidade de pontos de vista: todos os existentes são centros potenciais de intencionalidades, que apreendem os demais existentes segundo suas próprias e respectivas características ou potências. (CASTRO, 2018, p. 42)

Ao conceito de perspectivismo ameríndio associaram o conceito de multinaturalismo, tornando visível a contraposição ao multiculturalismo. A considerar a perspectiva ameríndia, a ideia de natureza una e culturas múltiplas é inócua de sentido, uma vez que sob o perspectivismo o mundo dos vivos é percebido como “[...] uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos [...]” (CASTRO, 2018, p. 43). Humanos ou inumanos partilham subjetividades.

[...] humanos como não-humanos – os deuses, os animais, os mortos, as plantas, os fenômenos meteorológicos, muitas vezes também os objetos e os artefatos –, todos providos de um mesmo conjunto básico de disposições perceptivas, apetitivas e cognitivas ou [...] de uma ‘alma’ semelhante. (CASTRO, 2018, p. 43)

¹⁴ Vale a observação de Ailton Krenak em uma conferência promovida pelo Centro de Artes da UFF (Universidade Federal Fluminense), sob o título: Espiral dos Afetos: ideias para adiar o fim do mundo. na qual, de forma bem humorada, lembrou que o perspectivismo sempre esteve entre os “índios”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NUhCKS_UezM&t=13s. Acesso em: ago. 2020

Da literatura nos assoma uma imagem dos devires para fora dessa humanidade restrita.¹⁵ Baleia estava morrendo, havia acompanhado a vida de Fabiano desde sempre, Fabiano aquele que era bicho e era homem e resolvera que podia se orgulhar de ser, sim, bicho, capaz de fazer o que tinha que ser feito. Fabiano resolve que era chegada a hora de abreviar o sofrimento de finitude de Baleia. Os meninos, só meninos, sem nomes, esbravejavam suas dores no quarto onde a mãe os escondera, sentindo que algo terrível rondava Baleia. “Ela era como uma pessoa da família: brincavam juntos os três, para bem dizer não se diferenciavam, rebojavam na areia do rio e no estrume fofo [...] (RAMOS, 1986, p. 85-86).

Enquanto isso, Fabiano se preparava e sofria e aquelas dores todas, dores dos meninos sem nomes, de sinhá Vitória, de Fabiano e de Baleia se faziam em uma só, dor de pessoas que perdem pessoas. No momento derradeiro, a dor não os distingue. Baleia morre evocando o que lhe proporciona prazer, os preás, e pensando nos seus companheiros de jornada. Preocupava-se com os meninos que deveria proteger e na faina que dividia com Fabiano. Entre Baleia e Fabiano há uma simbiose: humano – bicho – canino – bicho.

E Baleia fugiu precipitada, rodeou o barreiro, [...]. Defronte do carro de bois faltou-lhe a perna traseira. E, perdendo muito sangue, andou como gente, em dois pés [...]. Quis recuar e esconder-se debaixo do carro, mas teve medo da roda. [...]. Olhou-se de novo, aflita. Que lhe estaria acontecendo? O nevoeiro engrossava e aproximava-se. Sentiu o cheiro bom dos preás que desciam dos morros, mas o cheiro vinha fraco e havia nele partículas de outros viventes. [...], de novo lhe veio o desejo de morder Fabiano, que lhe apareceu diante dos olhos meio vidrados, com um objeto esquisito na mão. [...] Abriu os olhos a custo. Agora havia uma grande escuridão, com certeza o sol desaparecera. (RAMOS, 1986, p. 87-91)

Preocupada com as cabras que àquela hora da noite estavam fora do curral, Baleia não percebia que estava então livre das suas obrigações, das obrigações que dividia com Fabiano. “Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamperia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme” (RAMOS, 1986, p. 91). Talvez lembrando-se de momentos como aquele em que lambeu as “[...] mãos grossas e cabeludas. Fabiano recebeu a carícia, enterneceu-se: – Você é um bicho, Baleia.” (RAMOS, 1986, p. 19).

Como diz Maria Esther Maciel, ao produzir uma reflexão sobre diversos aspectos da relação humano-animal, percorrendo caminhos da filosofia e da arte literária:

Se Michel de Montaigne emerge, no âmbito da filosofia ocidental, como um precursor importante para o debate contemporâneo sobre as políticas da vida, isso se deve, entre outras coisas, à associação feita por ele entre a violência contra os animais e a violência contra as pessoas. Associação que, hoje, tem sido uma das poderosas linhas de discussão no campo da biopolítica [...]. (MACIEL, 2016, p. 49)

Maria Esther Maciel prossegue, desta feita referenciando-se em J. M. Coetzee, atentando para que tratamos os animais como prisioneiros, os matamos e escravizamos.

Os animais estariam, assim, num permanente ‘estado de exceção’ [...]. Em torno desse eixo, Costello [a personagem criada por Coetzee] critica o antropocentrismo, discute as práticas de violência dos humanos contra os humanos como consequência da relação de poder/dominação entre homens e animais. (MACIEL, 2016, p. 51)¹⁶

Em larga medida, os gritos de alerta vêm das vidas nuas, assim postas pelas práticas (bio)(necro)políticas. Se pensarmos em um exemplo da experiência brasileira, os “índios” têm investido, desde a década de 1970 do século passado – o que significa atuar em pleno período ditatorial – no forçar as portas trancadas a eles pela tradição e prática de exclusão e extermínio.

¹⁵ Baleia, um conto, inicialmente escrito por Graciliano Ramos para publicação avulsa, depois passou a constituir o romance, publicado na primeira metade do século XX, que nos conta de “vidas secas”

¹⁶ A autora ainda se reporta aos filósofos Jacques Derrida e Giorgio Agamben.

Lembremos aqui um ditado popular, preconceituoso e pejorativo, e o invertamos: talvez devamos aderir aos “programas de índios”. Os “índigenas” viram-se obrigados a incorporar o mundo da branquitude: nossos costumes, idiomas e saberes como meio para conduzirem suas reivindicações e difundir suas cosmogonias. Sabem dos brancos muito e estes deles pouco ou nada sabemos. Conhecem nossas artes e ciências, falam nossas línguas e nós continuamos, em grande maioria, a olhá-los como humanos exóticos, seres primitivos. Nas palavras de Davi Kopenawa:

O pensamento dos brancos é outro. Sua memória é engenhosa, mas está enredada em palavras esfumadas e obscuras [...]. Eles não conhecem de fato as coisas da floresta. Só contemplam sem descanso as peles de papel em que desenharam suas próprias palavras. [...] Eu não aprendi a pensar as coisas da floresta fixando os olhos em peles de papel. Vi-as de verdade, bebendo o sopro de vida de meus antigos com o pó de yãkoana que me deram. Foi desse modo que me transmitiram também o sopro dos espíritos que agora multiplicam minhas palavras e estendem meu pensamento em todas as direções. [...] Entretanto, para que minhas palavras sejam ouvidas longe da floresta, fiz com que fossem desenhadas na língua dos brancos. (KOPENAWA, 2015, p. 78)

Decerto, não nos é possível reinicializar o mundo, para usar um jargão próprio à era dos seres ciborgues, mas, como pontuamos acima, os movimentos de resistência e de resiliência, também estes políticos, estão nos horizontes da vida, dividindo e disputando os espaços/tempos com as práticas (bio)(necro)políticas. E, sim, o forçar as portas vem, principalmente, das vidas precárias, das vidas nuas e, sim, destas também emergem conflitos, criatividade e coragem.

Ao propor um debruço sobre tais conceitos com o objetivo de contribuir para as pesquisas e reflexões da história, intentamos uma apropriação crítica na atualização dos problemas e da sua compreensão, no que se refere ao escopo da operação historiográfica, considerando-a no que conflui para pensar as problemáticas a respeito do neoliberalismo, da sociedade de controle e das possibilidades de resistências dentro da experiência histórica atual, sob o capitalismo financeiro, associado ao atual estágio tecnológico.

Que venham as vacinas, talvez, no nosso agora, um jeito de suspender o céu, um jeito de adiar o fim do mundo para contar mais uma história, como nos fala Ailton Krenak.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru (SP): EDUSC, 2007.

BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Ou o ofício do historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas Canibais*. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: UBU Editora, n-1 edições, 2018.

COLEÇÃO *Pandemia Crítica*. Vários autores. São Paulo: n-1 edições, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

- ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Tradução de Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.
- ESPOSITO, Roberto. *Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica*. Tradução de Angela Couto machado Fonseca, João Paulo Arrosi, Luiz Ermani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Vol. 1. A vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- KOPENAWA, Davi; ALBERTI, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. *Espiral dos afetos: idéias para adiar o fim do mundo*. Conferência, promovida pela UFF. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NUhCKS_UezM&t=13s. Acesso em: ago. 2020.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019. E-book.
- LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. Tradução de Daniel P. P. da Costa. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- LIMA, Samuel. “Você não é você quando está com fome”. *Pandemia Crítica*. Artigo nº 140. São Paulo: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/135>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- MACIEL, Maria Esther. *Literatura e animalidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MASAGÃO, Marcelo. *Nós que aqui estamos por vós esperamos*. Documentários brasileiro. Direção de Marcelo Masagão. Roteiro de Marcelo Masagão. Distribuição RioFilme, 1999.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. Entrevista com Achille Mbembe. *Pandemia Crítica*. Artigo nº 138. São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/133>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- PELBART, Peter Pál. *Vida Capital*. Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- PUNTONI, Pedro. As guerras da conquista. In: *Guerras do Brasil.doc*. Episódio 1. Documentário dirigido por BOLOGNESI, Luiz. Produção Buriti filmes. co-produção TV Brasil, lançado em 2019, disponível na Netflix.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 56. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1986.
- SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- TITÃS. *O Pulso*. Álbum Õ Blésq Blom, 1989.

Notas de autoria

Telma Dias Fernandes possui Pós-doutorado pela Università Ca foscari di Venezia – IT/CAPES (2015/16). Doutorado, Mestrado e Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Federal da Paraíba, atuando em ensino e pesquisa com ênfase em Teoria, metodologia e historiografia. Pesquisas e orientações com foco em Biopolítica, teoria da história e história política, história e literatura, história e música, história e cinema, história oral. E-mail: telmadiasfernandes@gmail.com.

Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega possui Bacharelado em História pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora da Pós-Graduação Lato Sensu História Cultural, do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisadora CNPq e Propeq. Tem experiência na área de Teoria da História, com ênfase em História Cultural e Estudos Culturais. E-mail: elisammn@hotmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

FERNANDES, Telma Dias; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros. A nova história (bio) política: sobre as capturas e as resistências. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 09-20, 2020.

Contribuição de autoria

Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega: Pesquisa, discussão teórica e escrita. Correções.
Telma Dias Fernandes: Pesquisa, discussão teórica e escrita. Revisão final.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual da Paraíba (Propeq/UEPB).

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 13/09/2020.

Modificações solicitadas em 21/10/2020.

Aprovado em 31/10/2020.